

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A VARIÁVEL “AUTONOMIA
COMUNICATIVA” DA CARACTERIZAÇÃO DE MARCADORES DISCURSIVOS
DA GRAMÁTICA TEXTUAL-INTERATIVA**

Eduardo Penhavel¹
Alessandra Regina Guerra²

Resumo: Na Gramática Textual-interativa, um dos parâmetros utilizados na caracterização dos chamados Marcadores Discursivos diz respeito à variável “autonomia comunicativa”, a qual prevê a possibilidade de uma expressão linguística apresentar o traço “comunicativamente autônomo” ou o traço “comunicativamente não-autônomo”. Neste trabalho, discutimos essa variável, procurando esclarecer quando uma expressão apresenta um ou outro desses traços. A esse respeito, sugerimos que a noção de autonomia comunicativa esteja ligada à capacidade de uma expressão de constituir, em si própria, um enunciado completo e de natureza comunicativamente independente.

Palavras-chave: Marcadores Discursivos; Partículas Discursivas; Atos Discursivos Interativos.

Abstract: Within Textual-interactive Grammar, one of the parameters used to characterize discourse markers concerns the variable called “communicative autonomy”, which includes two possible linguistic features, namely, “presence of communicative autonomy” and “lack of communicative autonomy”. In this paper, we discuss such a variable and try to clarify when expressions present those features. In this respect, we suggest that an expression should be considered communicatively autonomous when it is able to work, by itself, as a complete and communicatively independent utterance.

Keywords: Discourse Markers; Discourse Particles; Interactive Discourse Acts.

1. Considerações iniciais

Em trabalhos recentes (PENHAVEL & GUERRA, 2011a, 2011b, 2012), temos discutido alguns aspectos particulares da conceituação de Marcadores Discursivos (MDs) da Gramática Textual-interativa (JUBRAN & KOCH, 2006). O objetivo geral desses trabalhos é propor reajustes, especificações e esclarecimentos em relação à caracterização dos MDs, procurando torná-la cada vez mais precisa e aprofundada. No presente trabalho, assumimos esse mesmo objetivo geral.

¹ Doutor em Linguística, professor efetivo da Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Rio Paranaíba, e-mail: eduardopenhavel@yahoo.com.br.

² Mestre em Estudos Linguísticos, professora substituta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas, e-mail: alessandrareginaguerra@yahoo.com.br.

Na Gramática Textual-iterativa, a classe dos MDs é definida mediante a combinação de traços linguísticos referentes a nove parâmetros de análise. Um desses parâmetros (ou variáveis) é denominado “autonomia comunicativa”, o qual inclui os traços “comunicativamente autônomo” e “comunicativamente não-autônomo”. A nosso ver, os trabalhos definidores de MDs (RISSO, SILVA & URBANO, 2002, 2006) na Gramática Textual-iterativa apresentam explicações relativamente curtas e simplificadas sobre essa variável, explicações estas que não chegam a ser suficientemente claras, dificultando, e por vezes inviabilizando, a aplicação de tal variável na análise de MDs.

Nesse sentido, no presente trabalho, discutimos a variável em foco, procurando contribuir para esclarecer em que ela consiste e, assim, para esclarecer em quais situações as expressões linguísticas devem ser analisadas como manifestando o traço “comunicativamente autônomo” e em quais situações devem ser analisadas como portadoras do traço “comunicativamente não-autônomo”. Aqui, não visamos já propor uma caracterização mais definitiva sobre a variável em pauta; pretendemos esboçar algumas considerações e sugerir uma opção de tratamento de tal variável, esperando incentivar a discussão sobre o assunto, para que, futuramente, essa variável possa, então, ser elaborada de forma mais precisa no interior da Gramática Textual-iterativa.

Dessa forma, este trabalho encontra-se organizado do seguinte modo: na seção 2 a seguir, apresentamos a caracterização de MDs da Gramática Textual-iterativa e, em particular, a variável “autonomia comunicativa”; na seção 3, sintetizamos a noção e a tipologia de Atos Discursivos, os quais representam um conceito essencial para a discussão da variável em foco, conforme iremos destacar; na seção 4, discutimos a diferença entre Atos Discursivos comunicativamente autônomos e Atos não-autônomos; na seção 5, apresentamos as considerações finais.

2. Marcadores Discursivos e a variável “autonomia comunicativa”

A Gramática Textual-iterativa, uma vertente da Linguística Textual, constitui um quadro teórico-metodológico que assume o texto como objeto de estudo, analisando, em particular, os chamados “processos de construção textual”. Trata-se dos processos de Organização Tópica, Referenciação, Parentetização, Parafraseamento, Correção e Repetição. Nesse contexto, a abordagem estuda também os MDs, entendidos como uma classe formada

por expressões linguísticas que atuam no gerenciamento desses processos de construção textual.

Especificamente, Risso, Silva & Urbano (2002, 2006) definem os MDs, como adiantado acima, mediante a combinação de traços referentes a nove parâmetros de análise, ou variáveis, conforme descrito em (1).³

- (1) Variáveis e traços definidores de MDs:
 - (i) Variável: articulação de segmentos do discurso:
Traços: sequenciador tópico; sequenciador frasal; não-sequenciador;
 - (ii) Variável: orientação da interação:
Traços: basicamente orientador; secundariamente orientador; fragilmente orientador;
 - (iii) Variável: relação sintática com a estrutura oracional:
Traços: sintaticamente independente; sintaticamente dependente;
 - (iv) Variável: relação com o conteúdo proposicional:
Traços: exterior ao conteúdo; não-exterior ao conteúdo; não se aplica;
 - (v) Variável: autonomia comunicativa:
Traços: comunicativamente autônomo; comunicativamente não-autônomo;
 - (vi) Variável: demarcação prosódica:
Traços: com pauta demarcativa; sem pauta demarcativa;
 - (vii) Variável: padrão de recorrência:
Traços: baixa frequência; média frequência; alta frequência;
 - (viii) Variável: transparência semântica:
Traços: totalmente transparente; parcialmente transparente; opaco; não se aplica;
 - (ix) Variável: massa fônica:
Traços: até três sílabas tônicas; além de três sílabas tônicas;

Os autores concebem os MDs como uma classe gradiente, isto é, uma classe composta por elementos prototípicos e elementos não-prototípicos. Nesse sentido, MDs prototípicos são definidos como expressões que manifestam a combinação de traços apresentada abaixo em (2), enquanto MDs não-prototípicos são definidos como expressões que manifestam essa

³ Neste trabalho, não incluímos, na definição de MDs, o parâmetro “Apresentação formal” e seus traços “forma única” e “forma variante”, por considerarmos, conforme defendemos em Penhavel & Guerra (2011a), que esses traços não são relevantes em termos definicionais.

combinação com algum desvio, o qual, de modo geral, não ultrapassa dois traços e não afeta o chamado “núcleo piloto”, conjunto formado pelos traços referentes às cinco primeiras variáveis, considerados como os traços principais.

- (2) - sequenciador tópico + secundariamente ou fragilmente orientador da interação; ou não-sequenciador + basicamente orientador;
- sintaticamente independente;
 - exterior ao conteúdo;
 - comunicativamente não-autônomo;
 - com pauta demarcativa;
 - alta frequência;
 - parcialmente transparente;
 - até três sílabas tônicas.

São distinguidos dois tipos principais de MDs, os “MDs basicamente sequenciadores” (que apresentam o traço “sequenciador tópico”) e os “MDs basicamente interacionais” (que apresentam o traço “basicamente orientador”). A ocorrência do item “então” destacada em (3) ilustra o primeiro desses tipos de MDs – observe-se que o item contribui para indicar que o enunciado seguinte constitui o fechamento da unidade representada pelo excerto todo transcrito no exemplo, o que lhe confere o estatuto de sequenciador tópico. Já a ocorrência de “né?”, em (4), ilustra o segundo tipo de MD, uma vez que constitui uma expressão basicamente orientadora, representando a estratégia interacional de Checagem.

- (3) mas acho válido você botar a criança o mais cedo possível na escola ... esse problema de puxar pela criança -- “Ah ... não deve puxar pela criança” -- eu acho que isso não funciona muito ... porque a criança vai a maternal somente pra brincar ... ser educada ... aprender a fazer coisas que em casa a mãe às vezes ... não tem condições de ensinar -- como eu ... eu não tinha condições de ensinar muita coisa a ela ... porque eu m/ passo o dia inteiro na rua trabalhando -- então ... ela na escola aprendeu muita coisa que eu não tive condições de ensinar a ela: ... aprendeu a comer não é ... sozinha porque eu ainda dava comida na boca ... aprendeu a fazer xixi dela no sanitário ... que ela não fazia ... fazia na fralda ... *então* ... eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola (RISSO, 2006, 460).
- (4) A: não gosta de jogo?
B: olha eu GOSTo de jogo de carta ... *né?* MAS ... (URBANO, 2006, 522-523).

No que diz respeito, em particular, à conceituação da variável “autonomia comunicativa”, objeto de reflexão deste trabalho, Risso, Silva & Urbano (2002, 30; 2006,

413) dizem, simplesmente, que elementos comunicativamente não-autônomos são elementos “sem suficiência para constituírem enunciados proposicionais em si próprios”. Em uma menção apenas de relance, acrescentam os autores (RISSO, SILVA & URBANO, 2002, 30) que unidades comunicativamente não-autônomas seriam unidades que “não chegam a manifestar, por si próprias, uma comunicação auto-suficiente”.

Como dissemos acima, trata-se de uma caracterização bastante sintética e que não parece suficientemente esclarecedora, sobretudo pela ausência de explanação sobre o que estaria sendo considerado como “enunciado proposicional”. Além disso, considerando os sentidos mais comuns e tradicionais de “enunciado” e “proposição”, a noção de “enunciado proposicional” apontaria para certa inconsistência no interior da variável, já que é possível identificar enunciados que, embora desprovidos de conteúdo proposicional, apresentariam aquilo que os autores parecem conceber como autonomia comunicativa.

Considerando as expressões linguísticas analisadas pelos autores como comunicativamente autônomas e aquelas analisadas como não-autônomas, considerando aspectos abordados em outras concepções de MDs e visando, ainda, à coerência interna da definição de MDs da Gramática Textual-interativa, nossa sugestão é que a autonomia comunicativa poderia ser concebida como a propriedade de uma forma linguística de constituir, em si própria, um enunciado completo de um tipo capaz de ser o único enunciado de uma situação de interação verbal ou o único enunciado produzido por um interlocutor em uma situação de interação.

Nas próximas seções, explicaremos mais detalhadamente essa proposta. Por ora, observe-se que, dessa concepção, decorreriam duas situações que caracterizariam o traço “comunicativamente não-autônomo”. A primeira situação seria, naturalmente, o caso de expressões que não constituem, em si próprias, enunciados completos, integrando segmentos maiores que, estes sim, constituem enunciados completos. É o caso, por exemplo, de um elemento conectivo como “então”, no exemplo em (3) acima, ou de um item como “consequentemente” numa ocorrência como em (5), onde o item não seria um enunciado próprio, mas faria parte do enunciado maior “Consequentemente, ele passou no concurso”.

(5) José estudou muito o ano inteiro. Consequentemente, ele passou no concurso.

A segunda situação que caracterizaria o traço “comunicativamente não-autônomo” seria o caso de formas linguísticas que, embora constituam, em si próprias, enunciados completos, representam tipos de enunciados que, por sua natureza, consistem em enunciados dependentes, os quais, comunicativamente, não se sustentam sozinhos, pressupondo outros enunciados nucleares, para os quais apontam. É o que se verifica com um enunciado de Checagem como o “né?” do exemplo em (4), o qual, embora seja, em si próprio, um enunciado completo (como iremos discutir adiante), não é capaz de constituir sozinho um evento comunicativo completo, acompanhando, necessariamente, um ato anterior, para o qual aponta. Trata-se de um estatuto diferente, por exemplo, do estatuto de um enunciado declarativo, como “O jantar está servido”, o qual pode, perfeitamente, preencher sozinho todo um evento comunicativo.

Em síntese, consideramos que um conceito fundamental para o tratamento da variável autonomia comunicativa é o conceito de “enunciado”, particularmente a noção de “enunciado completo”, independentemente de tratar-se de enunciado proposicional ou não, sendo que a propriedade de constituir um enunciado completo seria condição necessária, mas não suficiente para um segmento linguístico ser comunicativamente autônomo; isto é, para ser autônomo, um segmento precisaria ser um enunciado completo e de determinado tipo capaz de ser autônomo. Nas seções seguintes, apresentamos o conceito de Ato Discursivo, como opção para a noção de “enunciado”, e discutimos quais tipos de Atos seriam comunicativamente autônomos e quais seriam não-autônomos.

3. Conceito e tipologia de Atos Discursivos

Nos estudos linguísticos, a noção de enunciado é bastante ampla. Abrange os sentidos de frase, texto, pensamento acabado etc., podendo compreender “algumas palavras ou um livro” (MAINGUENEAU, 2001, 56). Dentre outros sentidos, Dubois (1973, p. 219) define “enunciado” como termo que “designa toda seqüência acabada de palavras de uma língua emitida por um ou vários falantes”, definindo ainda “enunciado” como “termo usado às vezes por *frase*, na medida em que a análise dos enunciados muitas vezes se reduz à análise das frases que os compõem”.

A nosso ver, o sentido de “enunciado” pressuposto por Risso, Silva & Urbano (2002, 2006), e também o sentido que consideramos que deveria ser adotado no tratamento da

variável “autonomia comunicativa”, estaria mais próximo do sentido de frase. Especificamente, seria o sentido de segmento linguístico provido de uma força ilocucionária. Assim, a ideia seria conceber “enunciado” no sentido de enunciado declarativo, interrogativo, imperativo etc. Nessa direção, sugerimos que, no tratamento da variável em foco, “enunciado” seja tomado no sentido de “Ato Discursivo”, conforme postulado no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008), já que essa Gramática oferece uma conceituação bastante precisa de Ato Discursivo e uma tipologia detalhada de Atos, sendo o conceito de Ato, a nosso ver, compatível com os pressupostos da Gramática Textual-interativa.⁴

Os Atos Discursivos são concebidos por Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 60), com base em Kroon (1995, p. 65), como “as menores unidades identificáveis de comportamento comunicativo”.⁵ Em outras palavras, pode-se dizer que um Ato Discursivo é um segmento textual que apresenta uma, e apenas uma, Ilocução; isto é, o que caracteriza um Ato é a presença de uma Ilocução. Uma Ilocução, e, portanto, um tipo de Ato, corresponde à existência de uma correlação sistemática, numa dada língua, entre uma intenção comunicativa convencionalizada e um padrão de construção formal. Intenções comunicativas equivalem, por exemplo, a fazer uma declaração ou uma interrogação, e padrões formais são, por exemplo, uma curva entonacional descendente ou ascendente. Intenções e construções formais como essas caracterizam, no caso do português, Atos Discursivos Declarativos e Interrogativos, respectivamente.

Hengeveld & Mackenzie (2008) distinguem três tipos básicos de Atos Discursivos, quais sejam, Expressivos, Interativos e Atos de Conteúdo, distinguindo-os com base na natureza e na presença/ausência de quatro elementos: Ilocução, Falante, Ouvinte e Conteúdo Comunicado.

Atos Expressivos são aqueles que dão expressão direta aos sentimentos do Falante, não comunicando nenhum conteúdo ao Ouvinte. São, assim, Atos que envolvem apenas o Falante e a Ilocução, manifestada por um item lexical cujo significado expressa algum

⁴ Convém esclarecer que, ao sugerirmos o uso do termo enunciado no sentido de Ato Discursivo, não propomos o abandono do termo “enunciado”; entendemos que o termo pode ser usado normalmente. Nossa sugestão é apenas que seja usado no sentido de Ato Discursivo, para efeito de precisão teórica e metodológica no tratamento da variável “autonomia comunicativa”.

⁵ Cf. o original: “[Discourse Acts have been defined by Kroon (1995: 65) as] the smallest identifiable units of communicative behaviour”.

sentimento do Falante, não havendo na estrutura subjacente desse tipo de Ato a presença dos elementos Ouvinte e Conteúdo Comunicado. Os exemplos em (6) ilustram Atos Expressivos.

- (6) a. Droga!
- b. Meu Deus!
- c. Ai!

Os Interativos já são Atos que envolvem o Falante, o Ouvinte e a Ilocução, neste caso, manifestada, geralmente, por um item lexical com um significado de natureza interativa. Os exemplos em (7) representam instância de Atos Interativos.

- (7) a. Parabéns!
- b. Bom dia!
- c. Obrigado!

Certos Interativos podem, potencialmente, ser expandidos com Conteúdo Comunicado, como em (8).

- (8) Parabéns pelo seu desempenho na prova.

Hengeveld & Mackenzie (2008) distinguem uma classe especial de Interativos, formada pelos Vocativos. Trata-se de Atos que, no início de um segmento de discurso, servem para alcançar a atenção do Ouvinte e que, no decorrer do discurso, sinalizam a contínua orientação do Falante em direção ao Ouvinte. Os Vocativos envolvem, pois, o Falante, o Ouvinte e a Ilocução, de natureza interpelativa, conforme exemplificado em (9a-b), podendo conter, ainda, Conteúdo Comunicado, como em (9c).

- (9) a. Hei...
- b. José...
- c. Hei, vocês que estão sentados no fundo da sala...

Finalmente, os Atos de Conteúdo diferem-se dos anteriores na medida em que, além de Falante, Ouvinte e Ilocução, contêm, necessariamente, Conteúdo Comunicado. Nesses Atos, a Ilocução (que pode ser abstrata ou manifestada por expressões performativas) pode assumir vários tipos diferentes, como Declarativo (10a), Interrogativo (10b), Imperativo (10c), dentre outros.

- (10) a. José fechou a porta.
- b. José fechou a porta?
- c. Feche a porta.

Em trabalho anterior (PENHAVEL & GUERRA, 2008), com base em dados do português brasileiro, argumentamos que, no âmbito da classe dos Interativos, paralelamente à subclasse dos Vocativos, podem ser distinguidas outras três subclasses de Interativos, que seriam os Atos de Checagem, Injunção e Iniciação. Trata-se de tipos de Atos com funcionamento similar a Vocativos compostos apenas por expressões interpelativas, como “Hei...”, “Oh...” etc. A exemplo desse tipo de Vocativo, tais Atos apresentam uma estrutura composta por Falante, Ouvinte e Ilocução, manifestada por uma expressão cristalizada, de natureza interjectiva.

Os Atos de Checagem expressam a intenção comunicativa convencionalizada de checar, retoricamente, se o Ouvinte está acompanhando o discurso, de modo que o Falante fique autorizado a dar prosseguimento à interação. Tal intenção é veiculada por expressões linguísticas invariantes, que apresentam a forma (apenas a forma, não a função) de enunciados interrogativos e que ocorrem, necessariamente, após outro enunciado ou após parte de outro enunciado. Alguns Atos desse tipo são formas como “certo?”, “entende?”, “né?”, “sabe?”, “tá?”, “tá certo?” etc. O exemplo em (11) ilustra um Ato de Checagem.

- (11) O diretor da faculdade, *né?*, está viajando no momento.

Atos de Injunção manifestam a intenção comunicativa de anunciar que algo será dito e solicitar a atenção do Ouvinte para aquilo que será dito, intenção veiculada por expressões também invariantes, que apresentam a forma (apenas a forma) de enunciados imperativos e que ocorrem, necessariamente, antes de outro enunciado, para o qual direcionam a atenção do

ouvinte. Trata-se de formas como “Olha...”, “Olhe...”, “Veja...”, “Veja bem...”. Esse tipo de Ato pode ser exemplificado pela expressão destacada em (12).

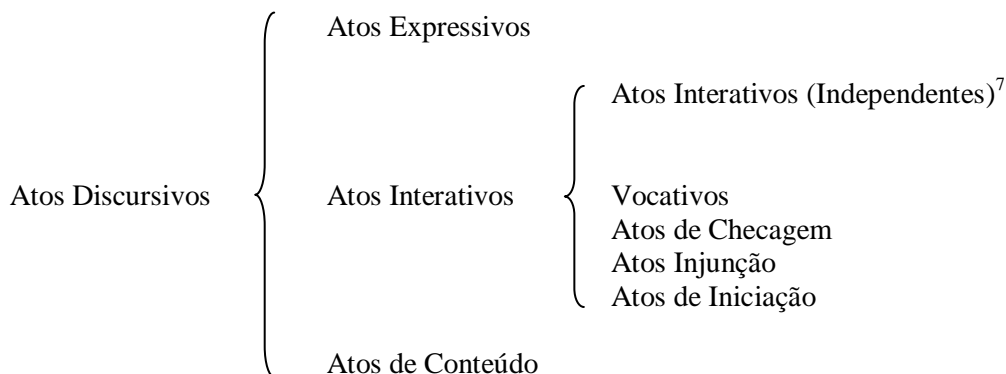
- (12) A: O que você acha do Paulo?
B: *Olha*, ele parece um bom aluno.

Os Atos de Iniciação, por sua vez, expressam também a intenção comunicativa de preparar a enunciação de declarações subsequentes, manifestando uma *predisposição favorável* ao ato de interação verbal.⁶ Tais Atos são preenchidos por expressões também invariantes, usadas, necessariamente, em posição anterior às declarações a que se referem. Ao que parece, tais Atos restringem-se às expressões “Ah...”, “Bem...” e “Bom...”. O exemplo em (13) ilustra um Ato Interativo desse tipo.

- (13) A: Você gostou do evento?
B: *Bom*, acho que foi melhor do que o esperado.

Dessa forma, a tipologia de Atos Discursivos proposta por Hengeveld & Mackenzie (2008), incluindo os três subtipos de Atos Interativos mencionados acima, pode ser sintetizada como em (14).

(14) Tipologia de Atos Discursivos



⁶ Cf. Risso (2006).

⁷ Na seção seguinte, explicamos o porquê da classificação desse tipo de Ato como “independente”.

A nosso ver, a conceituação e a tipologia de Atos Discursivos sintetizadas acima podem ser usadas como uma ferramenta consideravelmente eficaz no tratamento da variável “autonomia comunicativa”. Na seção seguinte, discutimos esses diferentes tipos de Atos, mostrando quais poderiam ser considerados como comunicativamente autônomos e quais seriam comunicativamente não-autônomos.

4. Atos Discursivos comunicativamente autônomos e comunicativamente não-autônomos

Na seção 2, sugerimos que a noção de “autonomia comunicativa” poderia ser concebida como a propriedade de uma forma linguística de constituir, em si própria, um enunciado (i) *completo* e (ii) *de um tipo capaz de ser o único enunciado de uma situação de interação verbal ou o único enunciado produzido por um interlocutor em uma situação de interação*. Nesse sentido, a conceituação e a tipologia de Atos (ou enunciados) acima oferecem um instrumental para a análise dessas duas condições, facilitando essa verificação.

A primeira condição, isto é, ser um *enunciado completo*, parece não impor maiores problemas, implicando, simplesmente, a capacidade de uma unidade linguística de constituir, em si própria, qualquer um dos tipos de enunciados acima. A segunda condição, ou seja, a capacidade de ser o único enunciado de uma situação ou o único enunciado de um interlocutor, é que constitui a questão que queremos destacar aqui.

Os tipos de enunciados distinguidos na tipologia em (14) podem ser divididos entre aqueles que atendem a essa segunda condição, os quais podem ser considerados como enunciados comunicativamente independentes, ou autônomos, e aqueles que não atendem a essa condição, os quais podem ser classificados como comunicativamente dependentes, ou não-autônomos. O primeiro grupo inclui os Atos Expressivos, parte dos Atos Interativos e os Atos de Conteúdo. O segundo grupo compreende a outra parte dos Atos Interativos, particularmente os Vocativos e os Atos de Checagem, Injunção e Iniciação.

Um Ato Expressivo pode perfeitamente ser o único Ato de uma situação de fala. Um falante, trabalhando sozinho em seu escritório, ou mesmo acompanhado de colegas, num momento em que não haja qualquer tipo conversa, pode pronunciar, unicamente, um Expressivo como “Droga!”, porque um livro caiu no chão, ou por qualquer outra razão, sem que haja qualquer continuação de uma interação verbal a partir disso. Ou ainda, um interlocutor pode estar fazendo um comentário sobre algo, e outro interlocutor pode,

unicamente, pronunciar um Expressivo, de comemoração ou lamento. Dessa forma, enunciados Expressivos representariam um tipo de enunciado de natureza comunicativamente autônoma.

Atos de Conteúdo também constituem claramente tipos de enunciados autônomos. Por exemplo, considerem-se enunciados Declarativos como “O jantar está servido”, “Vou à secretaria falar com o Pedro”, “Concerto geladeiras” (escrito numa placa, na frente de uma oficina) ou “Estamos em greve” (escrito num cartaz exposto no mural de uma Universidade) e enunciados Imperativos como “Coloque esse livro no armário para mim” ou “Apague a luz antes de sair da sala” (escrito ao lado da porta de uma sala de aula). Cada um desses enunciados poderia ser o único enunciado de um evento comunicativo. Ou ainda um enunciado Declarativo, assim como um Imperativo, pode ser naturalmente o único enunciado de um interlocutor numa situação de interação; por exemplo, um interlocutor pode dizer, apenas, “Ele foi ao supermercado”, como resposta a uma pergunta sobre onde estaria João, assim como pode dizer simplesmente “Entregue todos esses envelopes para o Pedro, na secretaria”, após um comentário de outro falante sobre o que fazer com alguns envelopes.

Atos Interrogativos também representam um tipo de enunciado independente. Neste caso, parece não ser possível um enunciado Interrogativo sustentar sozinho um evento comunicativo, sendo o único enunciado do evento, já que esse tipo de Ato parece pressupor, necessariamente, uma resposta de outro interlocutor. Exceção seria o caso de perguntas retóricas, que, de fato, parecem ter essa capacidade, como no caso, por exemplo, de um Ato como “Onde vamos parar, se continuarmos destruindo o planeta?”, escrito no mural de uma escola ou estampado em uma camiseta. De qualquer forma, um enunciado Interrogativo não-retórico pode constituir perfeitamente o único enunciado de um interlocutor numa situação de interação, como ocorre quando se pergunta a alguém que horas são, onde fica a saída de um prédio e em muitas outras situações comuns do dia a dia.

No mesmo sentido, dentro do conjunto dos Atos Interativos, pode ser distinguida, a nosso ver, uma classe de Atos capazes de constituir enunciados comunicativamente autônomos. É o que se verifica com enunciados como “Bom dia!”, “Meus Parabéns!”, “Muito obrigado!”, “Com licença.”, “Me desculpe.”, dentre outros. Cada um desses enunciados pode constituir o único enunciado de uma situação comunicativa ou, pelo menos, ser o único enunciado pronunciado por um interlocutor.

Por outro lado, Vocativos, Atos de Checagem, de Injunção e de Iniciação, devido ao tipo de função interacional que exercem, já não manifestam essa característica. Conforme argumentamos em trabalho anterior (PENHAVEL & GUERRA, submetido), esses tipos de Atos compartilham a função geral de obter e/ou manifestar o envolvimento dos interlocutores com o ato de interação verbal. Vocativos são usados para chamar a atenção do ouvinte para o discurso; Atos de Checagem solicitam a “aprovação” do ouvinte para que o falante dê prosseguimento ao discurso; Atos de Injunção solicitam a atenção do ouvinte e lhe anunciam que algo será dito; Atos de Iniciação anunciam a continuação do discurso. Trata-se, assim, de Atos que *sempre apontam para outro segmento textual, para o qual chamam a atenção do interlocutor*. Pode-se dizer que são Atos subsidiários, ou secundários, *usados a serviço de outros Atos*, comunicativamente centrais em relação a eles. Nesse sentido é que esses Atos constituem, necessariamente, enunciados dependentes, comunicativamente não-autônomos, que não têm a capacidade de sustentar sozinhos um evento comunicativo, nem mesmo de ser o único enunciado de um interlocutor.

Por exemplo, um Vocativo, normalmente, não pode ocorrer sozinho. Ao emitir um Ato desse tipo, o mesmo falante precisa, necessariamente, proferir na sequência, estar proferindo ou ter acabado de proferir outro Ato, justamente aquele para o qual o Vocativo chama a atenção do interlocutor. Pode vir a ser possível que, em contextos muito particulares, um Vocativo venha a ocorrer isoladamente. Pode-se imaginar um contexto em que, ao ver o filho pequeno fazendo algo errado, sua mãe repreenda-o apenas chamando-lhe pelo nome, num tom severo e reticente, querendo dizer, de forma implícita, que ele deve parar de fazer aquilo. No entanto, em primeiro lugar, entendemos que esse seja um uso bastante peculiar. Ademais, não se trataria propriamente de um uso comunicativamente autônomo do Vocativo, mas um uso em que um segmento textual esperado, para o qual o Vocativo apontaria, fica pressuposto no contexto. Trata-se, pois, de um comportamento que, em última instância, até evidenciaria a característica do Vocativo de remeter a algum outro segmento do discurso.

No mesmo sentido, observe-se que, em nenhuma situação comunicativa comum, faria sentido usar um Ato de Checagem (como um “né?”) isoladamente, sem que ele estivesse acompanhando um Ato (ou um segmento de um Ato) anterior proferido pelo mesmo falante. Atos de Injunção e Iniciação, dentre outras coisas, apontam para um enunciado adicional subsequente.

Observe-se, por exemplo, que um Ato Imperativo formalmente equivalente a um Ato Injuntivo pode ocorrer sozinho em determinado contexto. Um interlocutor A pode perguntar a um interlocutor B sobre o resultado de determinado exame, e B, tendo o resultado do exame em mãos, pode simplesmente entregá-lo a A e dizer “Olha.”. Ou ainda, numa situação em que duas pessoas estão trabalhando em uma mesma sala, uma delas pode dizer apenas “Olha.” e virar-se em direção à janela, referindo-se a algo curioso que esteja acontecendo do lado de fora. No entanto, a forma “Olha”, se planejada pelo falante como Ato Injuntivo, normalmente pressupõe alguma fala seguinte.

É possível a ocorrência de casos em que um falante enuncie um Injuntivo e não acrescente nenhum Ato subsequente. Por exemplo, em contextos apropriados, um interlocutor A pode dirigir a B uma pergunta como “Você considera o José um bom professor?”, e B pode responder simplesmente com um Injuntivo como “Olha...”, pronunciado com certa entonação suspensa, querendo dizer, implicitamente, que José não é um bom professor. Embora situações como essa, de fato, ocorram, consideramos que elas não representam o uso típico de um Injuntivo. Além disso, a exemplo do que ocorre com possíveis usos isolados de Vocativos, o sentido produzido nesse uso particular do Injuntivo parece decorrer exatamente da omissão de algo que normalmente deveria ocorrer; isto é, o sentido implícito sugerido pelo uso isolado de “Olha...” seria resultante da ausência, por parte do falante que emitiu esse Ato, de uma continuação do texto, convencionalmente esperada. Portanto, para nós, a situação em pauta, em certo sentido, até corrobora o estatuto não-autônomo dos Injuntivos.

Em síntese, considerando a tipologia de Atos Discursivos apresentada na seção anterior, sugerimos que o traço “comunicativamente não-autônomo” seja aplicado a Vocativos, Atos de Checagem, de Injunção e de Iniciação, enquanto o traço “comunicativamente autônomo” seja aplicado aos demais tipos de Atos, incluindo parte dos Atos Interativos.

É importante ressaltar que nossa sugestão é analisar a variável “autonomia comunicativa” em relação a *tipos* de enunciados, e não em relação a ocorrências particulares dos enunciados. Ou seja, se um enunciado é Declarativo, ele deverá então ser analisado como comunicativamente autônomo, independentemente de seu significado e do contexto em que ocorra. Trata-se de uma sugestão que, a princípio, pode parecer contradizer os princípios da Gramática Textual-interativa, que prevê análises sempre contextualmente ancoradas, porém

trata-se de uma sugestão metodologicamente necessária e estratégica (e que, a nosso ver, não contradiz, de modo algum, os pressupostos textual-interativos).

Tal proposta é necessária porque, caso a variável aqui em pauta fosse analisada levando-se em consideração a autonomia comunicativa de ocorrências particulares dos enunciados conforme inseridas no contexto de todo um texto, qualquer enunciado pertencente a um texto composto por mais de um enunciado deveria ser analisado, por princípio, como comunicativamente não-autônomo, já que a completude e a autonomia comunicativas seriam, nessa perspectiva de análise, aspectos do texto como um todo, e não de qualquer um de seus enunciados isoladamente.

No mesmo sentido, numa análise “contextualizada”, enunciados contendo, por exemplo, qualquer tipo de remissão anafórica não poderiam ser analisados como comunicativamente autônomos; por exemplo, numa sequência como “Pedro está muito cansado. Ele trabalhou a noite toda”, o segundo enunciado seria comunicativamente não-autônomo, porque dependeria do enunciado anterior para esclarecer o referente do pronome “ele” e para, assim, alcançar completude comunicativa. Da mesma forma, numa sequência como “A: Pedro chegou? / B: Sim.”, o enunciado “Sim” não alcançaria autonomia comunicativa. No entanto, não parece ser esse o sentido de autonomia comunicativa que se pretende na análise de MDs.

Na verdade, pode-se pensar num sentido amplo e num sentido restrito de autonomia comunicativa. No primeiro caso, a autonomia seria justamente essa dependência significativa que cada enunciado tem em relação ao texto/discurso de que faz parte. No segundo caso, seria, então, a capacidade de uma unidade linguística de funcionar como um enunciado (apresentando a correlação sistemática entre padrão formal e intenção comunicativa convencionalizada) e, além disso, como um enunciado independente (conforme discutimos mais acima, nesta seção). No âmbito da variável “autonomia comunicativa” da Gramática Textual-interativa, assim como em outras abordagens de MDs que consideram critério semelhante, é esse segundo sentido de autonomia comunicativa que seria pertinente e relevante.

Por fim, resta discutir a questão da relação entre a autonomia comunicativa de uma unidade linguística e a presença ou não, nessa unidade, de conteúdo proposicional. Recorde-se que Risso, Silva & Urbano (2002, 2006) referem-se a formas comunicativamente não-autônomas como aquelas formas sem suficiência para constituírem enunciados proposicionais

em si próprias, condicionando, assim, a autonomia comunicativa de uma unidade à existência de conteúdo proposicional. Conforme adiantamos acima, essa condição não seria pertinente. Tendo em vista o que os próprios autores parecem considerar como autonomia comunicativa (e o que também nós consideramos que deveria ser essa propriedade), haveria formas linguísticas comunicativamente autônomas, porém desprovidas de conteúdo proposicional.

A noção de conteúdo proposicional, ou proposição, também é bastante ampla nos estudos linguísticos. De modo geral, o conteúdo proposicional pode ser considerado como o conteúdo informacional do enunciado, ou ainda, o conteúdo semântico tomado como objeto de crença do falante, incluindo, assim, os elementos linguísticos relacionados a essa apropriação mental do conteúdo semântico por parte do falante. Nos termos de Dik (1989), pode-se dizer que o conteúdo proposicional representa um fato possível, uma entidade que pode ser avaliada em termos de seu valor de verdade e que pode ser expandida por certos tipos de elementos linguísticos, como os que expressam o grau de comprometimento do falante com a verdade do fato possível. Na estrutura dos Atos Discursivos concebida por Hengeveld & Mackenzie (2008), exposta na seção anterior, o conteúdo proposicional faz parte do Conteúdo Comunicado do Ato.

Dessa forma, podem ser identificados tipos de enunciados desprovidos de conteúdo proposicional, porém comunicativamente autônomos (pelo menos tendo em vista a noção de autonomia aqui delineada). É o caso de enunciados Expressivos, que são necessariamente desprovidos de conteúdo proposicional, e de enunciados Interativos independentes e não expandidos com Conteúdo Comunicado (e, portanto, sem conteúdo proposicional), como “Bom dia!”, “Parabéns!”, “Meus sentimentos!” etc. A propósito, é interessante observar que os próprios autores Risso, Silva & Urbano (2002) classificam como comunicativamente autônomos certos itens claramente desprovidos de conteúdo proposicional. Isso pode ser observado na classificação de itens interjectivos como “Ué” (RISSO, SILVA & URBANO, 2002, 42) e “ai” (RISSO, SILVA & URBANO, 2002, 50), no caso das ocorrências transcritas abaixo em (15) e (16), respectivamente.

- (15) *Ué*, se um apartamentozinho que eu agora estava querendo alugar, desse que... (RISSO, SILVA & URBANO, 2002, 42).

- (16) eu (es)tava me afogando e ele perguntou se eu queria sair da água, eu nem... nem pude falar, não é... *ai...* eu nunca me esqueço disso (RISSO, SILVA & URBANO, 2002, 50).

É, pois, nesse sentido que sugerimos que a variável “autonomia comunicativa” seja concebida independentemente da presença/ausência de conteúdo proposicional.

5. Considerações finais

Neste trabalho, no contexto da caracterização de MDs da Gramática Textual-interativa, discutimos a variável “autonomia comunicativa”, procurando contribuir para a formação de uma visão mais clara e detalhada dessa variável e de seus dois traços, “comunicativamente autônomo” e “comunicativamente não-autônomo”. Nossa sugestão é que a variável em pauta seja analisada com base na noção de enunciado completo, considerando “enunciado” no sentido de Ato Discursivo e reconhecendo a existência de tipos de Atos/enunciados comunicativamente autônomos (ou independentes) e comunicativamente não-autônomos (ou dependentes).

Assim, nossa proposta é que, para uma unidade linguística poder ser analisada com o traço “comunicativamente autônomo”, ela deve preencher duas condições: (i) constituir, em si própria, um enunciado; (ii) esse enunciado deve pertencer a um dos tipos de enunciados comunicativamente independentes. De forma sintética, integrando essas duas condições, pode-se dizer que um elemento linguístico apresenta o traço “comunicativamente autônomo” quando constitui, em si próprio, um enunciado independente. Em outras palavras, e sintetizando nossa proposta agora em relação ao traço “comunicativamente não-autônomo”, pode-se dizer que este traço manifesta-se (i) quando uma unidade não chega a constituir, em si própria, um enunciado (sendo apenas uma parte de um enunciado) ou (ii) quando uma unidade constitui um enunciado comunicativamente dependente, isto é, quando é um Vocativo, um Ato de Checagem, de Injunção ou de Iniciação.

Conforme dissemos no início deste trabalho, o objetivo aqui não é formular uma conceituação mais definitiva da variável em foco. Antes, pretendemos chamar a atenção para a necessidade de maior reflexão sobre o assunto. A nosso ver, trata-se de um tema consideravelmente relevante para discussão no interior da Gramática Textual-interativa, com vistas a tornar sua definição de MDs cada vez mais precisa e metodologicamente viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Parte 1 – The structure of the clause. Dordrecht/Providence: Foris Publication, 1989.
- DUBOIS, J. (et al.). *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
- JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- KROON, C. *Discourse particles in Latin*. Amsterdã: Gieben, 1995.
- PENHAVEL, E.; GUERRA, A. R. *Interactive Discourse Acts in spoken Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no 13º Congresso Internacional de Gramática Funcional. Londres, Universidade de Westminster, 2008.
- PENHAVEL, E.; GUERRA, A. R. Considerações sobre a variável “apresentação formal” na caracterização de Marcadores Discursivos da Gramática Textual-interativa. *Revista Acta Científica* (Patos de Minas), v. 3, n. 3, p. 283-296, 2011a.
- PENHAVEL, E.; GUERRA, A. R. A subfunção interacional de “Checagem” na Gramática Textual-interativa. *Revista Diadorim*, n. 10, 2011b (no prelo).
- PENHAVEL, E.; GUERRA, A. R. A distinção entre “sequenciamento tópico” e “sequenciamento frasal” na Gramática Textual-interativa. In: SOUZA, E. R. F. (Org.). *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012 (no prelo).
- PENHAVEL, E.; GUERRA, A. R. Vocativos e o traço “basicamente orientador da interação” na Gramática Textual-interativa. *Revista Confluência* (Rio de Janeiro), n. 39/40 (submetido).
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 427-496.
- RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores Discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Falado – v.VI: Desenvolvimentos*. 2ªed. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 2002, p. 21-94.
- RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 403-425.

RECORTE – revista eletrônica
ISSN 1807-8591
Mestrado em Letras: Linguagem, Discurso e Cultura / UNINCOR
ANO 9 - N.º 1

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil* – v.I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 497-527.

Artigo recebido em maio de 2012.
Artigo aceito em junho de 2012.